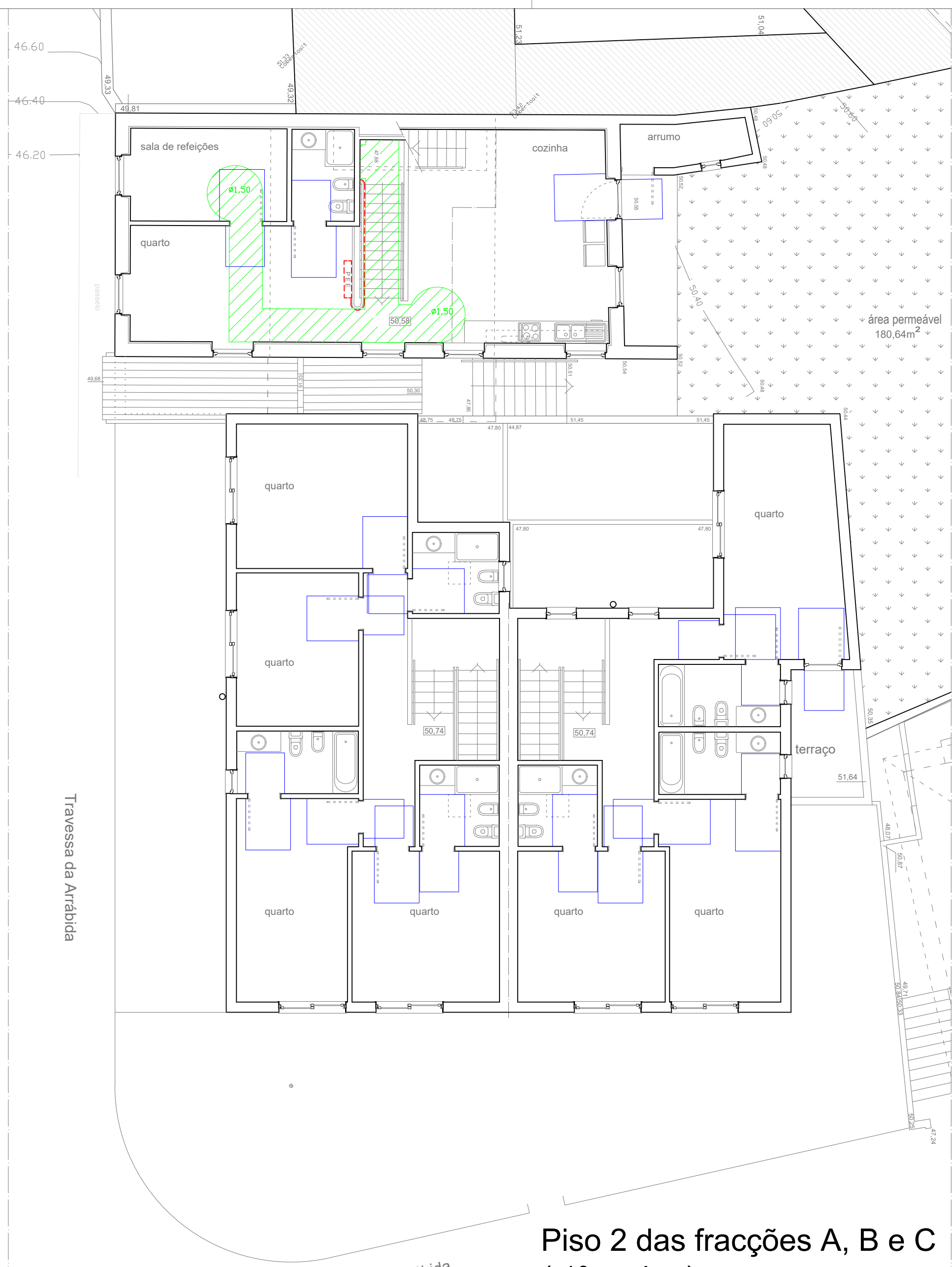
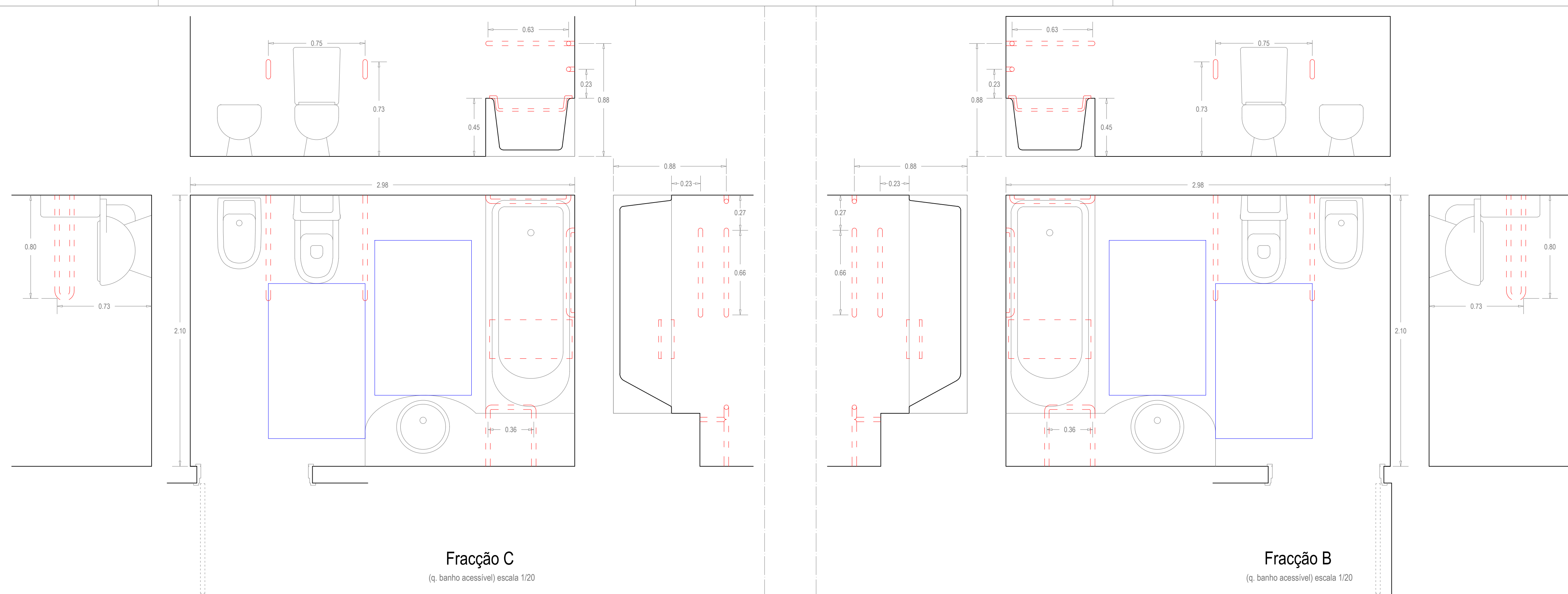


Piso 3 da fracção A
Cobertura das fracções B e C



Piso 2 das fracções A, B e C
(1º andar)
RETIRAR PORTA DO ARRUMO

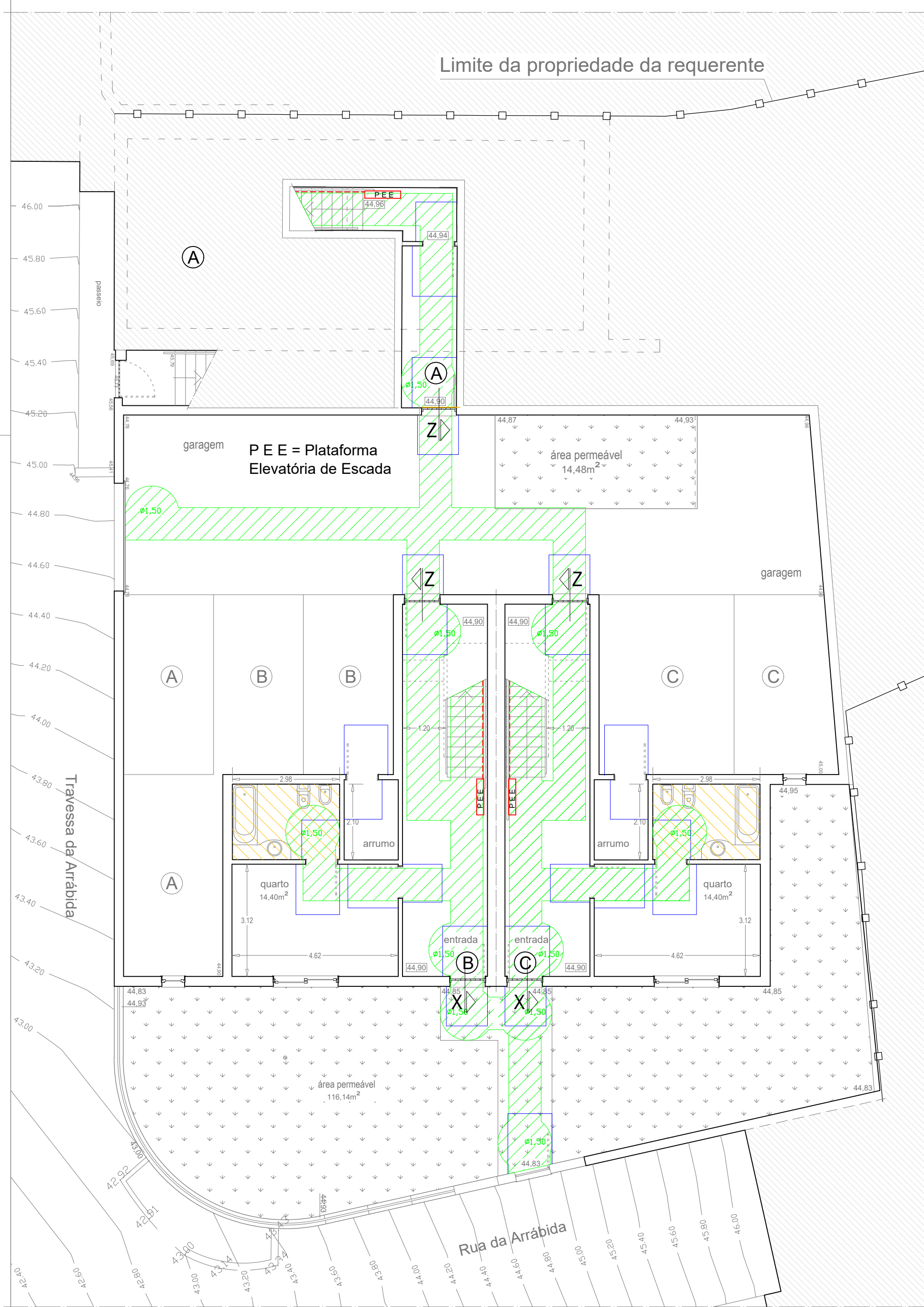


Fracção C

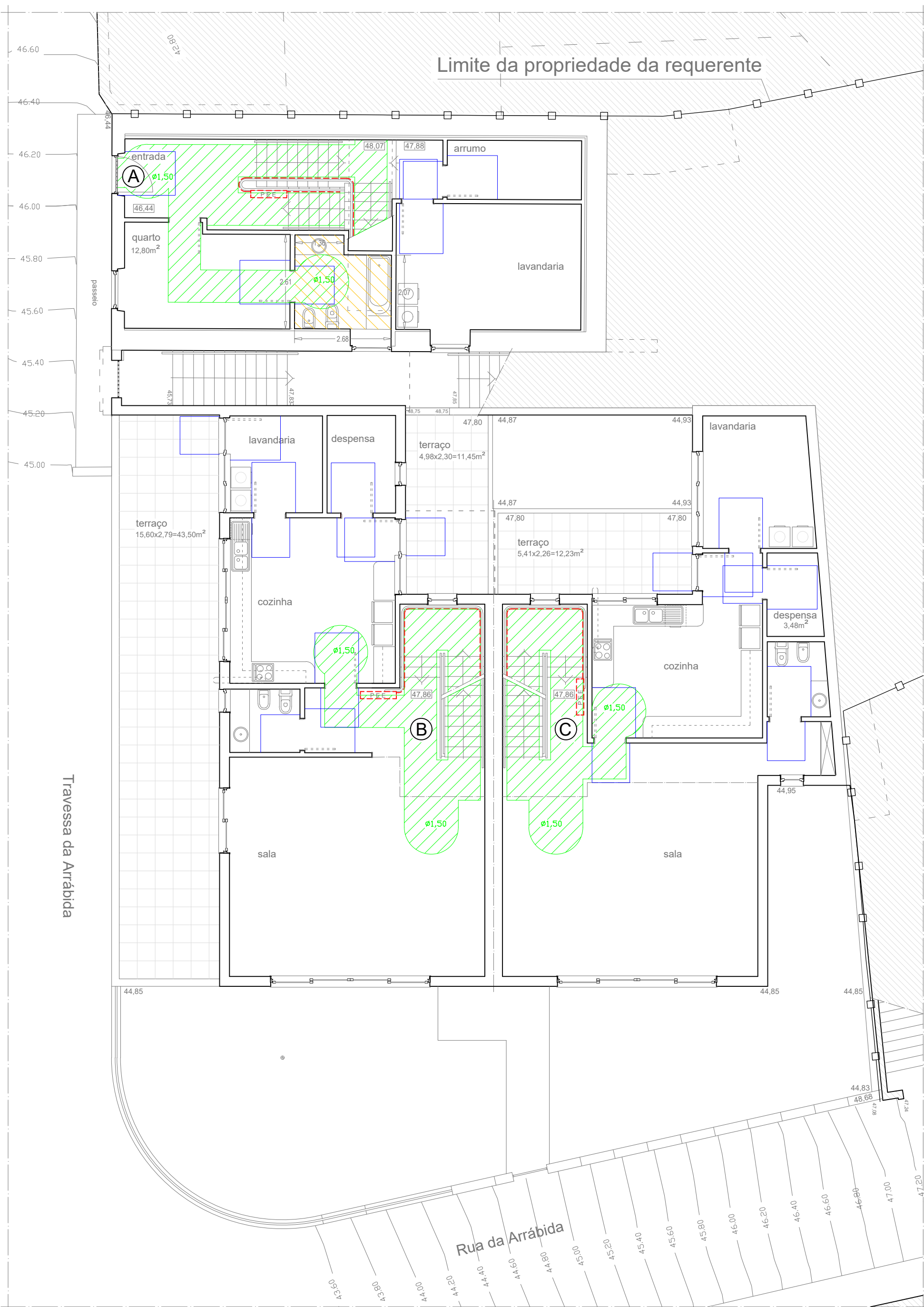
(q. banho acessível) escala 1/20

Fracção B

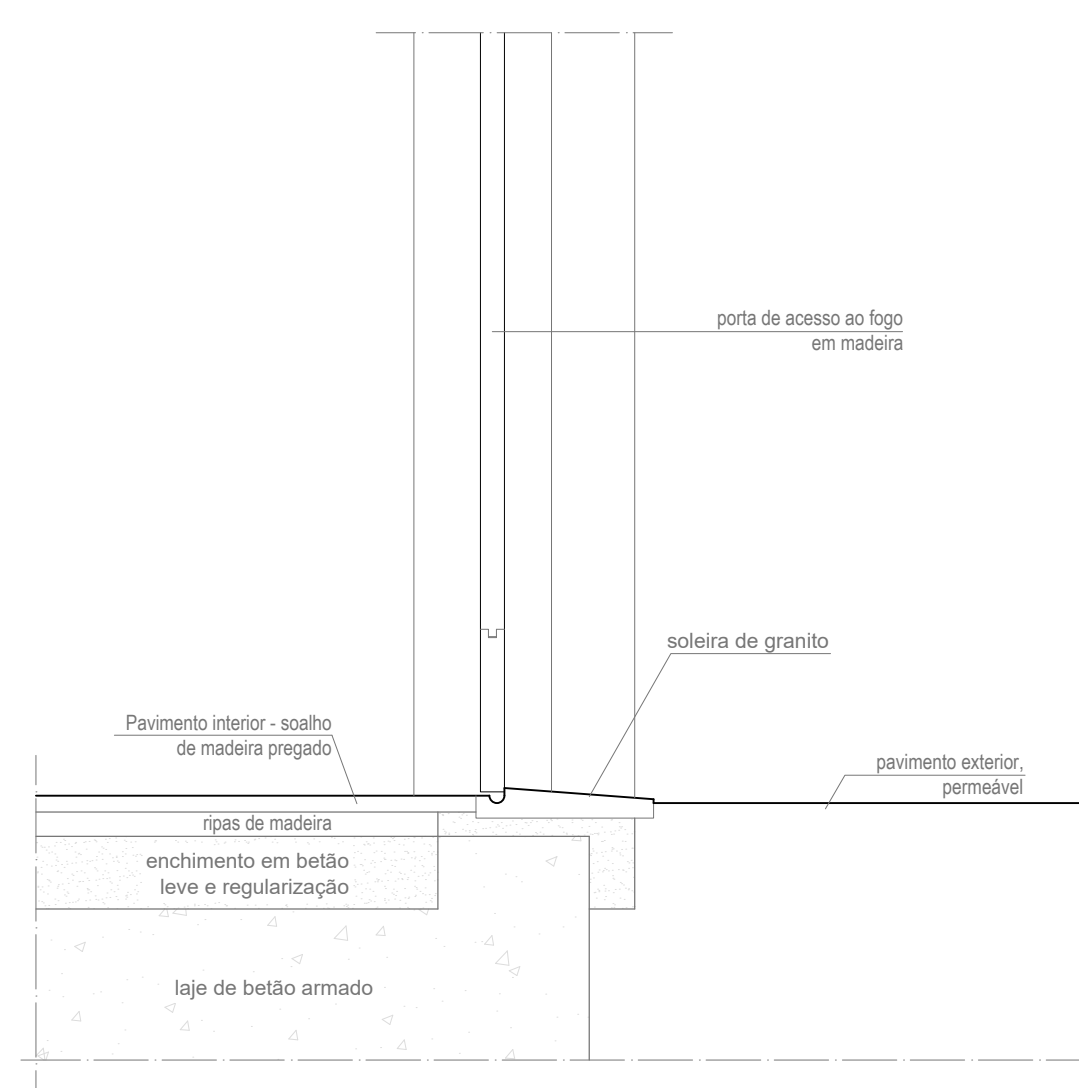
(q. banho acessível) escala 1/20



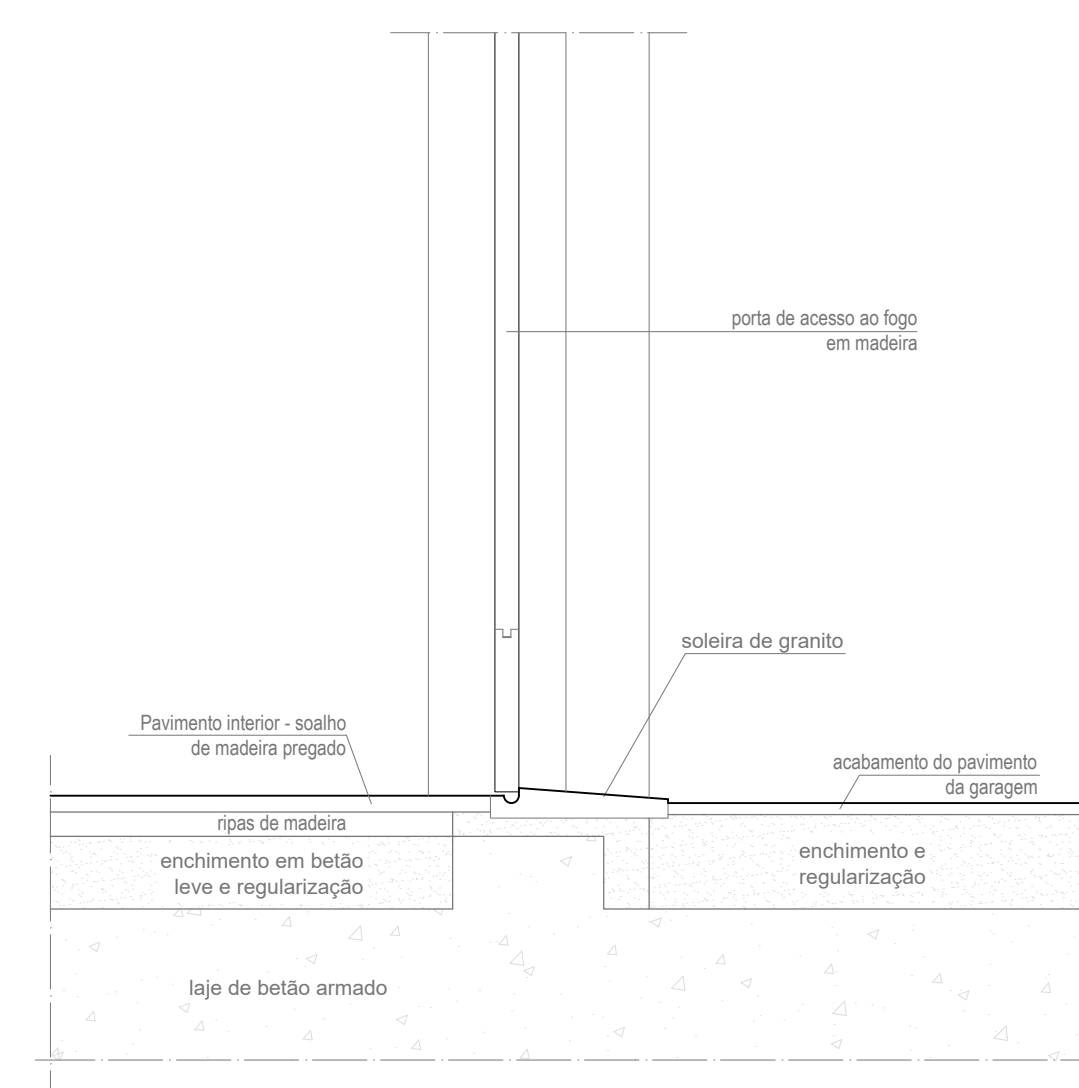
Piso 0 das fracções A, B e C
(Cave)



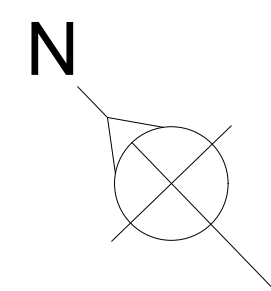
Piso 1 das fracções A, B e C
(R/chão)



Pormenor X escala 1/10
(acesso às fracções B e C pela entrada principal)



Pormenor Z escala 1/10
(acesso às fracções A, B e C pela garagem)



Leonor Afonso e Gavilior Lda.
Rua da Arrábida / Travessa da Arrábida

Pedido Informação Prévia

Plano de
Acessibilidades

José Pulido Valente
arquitetos

MEMÓRIA DESCRITIVA DO PLANO DE ACESSIBILIDADES

A presente *Memória descritiva* refere-se ao *Plano de acessibilidades* que instrui, nos termos do disposto no n.º 5 do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, na redação mais atual em vigor, o pedido de informação prévia da **alteração e ampliação de edificação (a destinar a habitação coletiva)**, localizada no(s) prédio(s) situado(s) na Travessa da Arrábida, n.ºs 372, 374 e 386, e n.º 388, União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Concelho do Porto, que as requerentes **GAVILOR – SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E AGRÍCOLAS LDA., LEONOR PULIDO VALENTE AFONSO e RICARDO MIGUEL FERREIRINHO RODRIGUES**, na qualidade de proprietários. Pretende-se no seguimento da informação prévia, apresentar a respetiva comunicação prévia das obras supra descritas, conforme o disposto no n.º 2 e no n.º 3 do Artigo 17.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) [aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação mais recente em vigor].

O presente *Plano de acessibilidades* visa demonstrar a adequação do projeto aqui exposto, ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014 de 10 de Novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 125/2017, de 4 de Outubro, o qual aprova o *Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais (e Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada - doravante designadas por Normas Técnicas)*.

Em conformidade com a Secção 2.1. das Normas Técnicas, a edificação é dotada de percursos acessíveis que proporcionam o acesso seguro e confortável das pessoas com mobilidade condicionada entre a via pública, o local de entrada/saída dos fogos (frações) e os espaços interiores que os constituem. Os percursos acessíveis têm início pela via pública (Travessa da Arrábida), sendo que o percurso na edificação existente (Fração A) se realiza pela atual porta de acesso sendo o primeiro desnível logo no átrio de entrada existente vencido através de cadeira elevatória conforme indicado nas peças desenhadas. Neste volume edificado, onde se organiza um fogo, o percurso acessível inclui o acesso por plataforma elevatória ao piso superior, dotado das características preconizadas nas Normas Técnicas, onde se localiza a instalação sanitária acessível, bem como a cozinha acessível e a sala sendo esta convertível em

espaço para dormir para efeitos de acessibilidade (uma vez que o fogo é de tipologia T1). Os percursos acessíveis às frações B e C, têm acessos através da garagem comum (piso 1), a qual por sua vez tem acesso pela via pública (Travessa da Arrábida), em conformidade com a permissão preconizada na Norma Técnica 2.1.4. Neste piso, o percurso acessível de cada fração dá acesso à instalação sanitária acessível e à sala, sendo esta convertível em espaço para dormir para efeitos de acessibilidade (uma vez que ambos os fogos são de tipologia T2). No piso 2 cada percurso acessível permite o acesso à cozinha acessível e à sala.

Em cada fogo habitacional, nos espaços de entrada interior, é possível inscrever uma zona de manobra para rotação de 360º, em conformidade com a Norma Técnica 3.2.1, sendo que os corredores e demais espaços de circulação horizontal possuem largura não inferior a 1,10 m. Em cada cozinha, após a instalação das bancadas, existe um espaço livre que permite inscrever uma zona de manobra para a rotação de 360º, garantindo-se que a distância entre bancadas não é inferior a 1,20 m. Em cada fogo, conforme prescrito na Norma Técnica 3.3.4, existe uma instalação sanitária acessível equipada com lavatório, bidé e banheira. Nas instalações sanitárias acessíveis, a disposição dos aparelhos sanitários e as características das paredes permitem a colocação de barras de apoio caso os moradores o pretendam de acordo com o especificado nas Normas Técnicas 2.9.4 e 2.9.7. Após a colocação dos aparelhos sanitários, as zonas de manobra e faixas de circulação satisfazem o prescrito na Norma Técnica 2.9.19. Em cada fogo é garantido um espaço para dormir acessível, dando cumprimento à Norma Técnica 3.3.7.

Os vãos de entrada/saída de cada fogo, bem como os de acesso a compartimentos, varandas, terraços e arrecadações dão satisfação ao disposto na Secção 4.9.

Os corrimãos e os comandos e controlos satisfazem o especificado na Secção 4.11 e na Secção 4.12.

Por o número de lugares de estacionamento ser inferior a 13, a proposta não contempla a criação de lugares acessíveis, nos termos da Norma Técnica 3.2.6, 2).

A nível de execução, os materiais e acabamentos propostos serão duráveis, resistentes e passíveis de ser utilizados por pessoas com mobilidade condicionada. Os elementos que constituem os percursos acessíveis não apresentam arestas vivas ou extremidades projetadas perigosas. A bateria de receptáculos postais está localizada

junto da via pública, colocados a uma altura do piso não inferior a 0,60 m e não superior a 1,40 m. Os pisos dos percursos e espaços acessíveis, e seus revestimentos, têm superfície estável, durável, firme e contínua, sendo de dotados de superfícies com refletâncias correspondentes a cores nem demasiado claras nem demasiado escuras e com acabamento não polido. A inclinação dos pisos e dos seus revestimentos é inferior a 5% na direção do percurso, e não superior a 2% na direção transversal ao percurso. Os revestimentos de pisos exteriores acessíveis e dos espaços em que exista o uso de água, garantem boa aderência, têm boas qualidades de drenagem superficial e de secagem e têm uma inclinação compreendida entre 0,5% e 2% no sentido do escoamento das águas.

As peças desenhadas dão informação complementar à presente *Memória descritiva*.

Porto, Novembro de 2021

(José Pulido Valente, Arq.^{to})